

Parlamento Juvenil defende maior protecção dos activistas

Notícias, política; 06.04.2018; Pág 06; ed. 30.327

O PARLAMENTO Juvenil (PJ) apela ao Governo para assumir maior responsabilidade na protecção dos activistas dos direitos humanos, a fim de garantir o respeito pleno da liberdade de expressão.

O apelo foi feito terça-feira, em Maputo, por Salomão Muchanga, presidente do Parlamento Juvenil, na apresentação das recomendações e conclusões da iniciativa "Direitos Humanos", implementada por esta organização juvenil de advocacia de Outubro de 2017 a Janeiro do presente ano em quatro províncias do país, nomeadamente Maputo, Gaza, Manica e Cabo Delgado.

O projecto envolveu jovens de ambos os sexos, líderes comunitários, professores, profissionais da saúde, chefes de quarteirão, rádios comunitárias, artistas, desportistas, organizações civis locais, entidades governamentais, entre outros actores.

A iniciativa, desenvolvida em parceria com o Freedom House, organização norte-americana ligada aos direitos humanos, tem como objectivo aumentar a consciência e o diálogo nacional sobre a protecção dos defensores de direitos humanos em Moçambique e no mundo, bem como despertar a consciência das comunidades locais sobre os seus direitos e liberdades fundamentais.

Na ocasião, Salomão Muchanga disse que é necessário fortalecer acções conjuntas para assegurar que mais pessoas tenham a oportunidade de levantar a voz e exercer o direito à cidadania.

O presidente do PJ referiu-se ao rapto e agressão física do jornalista e comentador Ericino de

Salema, bem como ao baleamento do académico e comentador José Jaime Macuané, considerando os dois casos manifestação de intolerância e flagrante violação dos direitos humanos.

Segundo afirmou, é imperativo lutar para garantir que outros "combatentes da liberdade" não sejam vítimas de actos radicais.

Realçou que é necessário encontrar e punir judicialmente os responsáveis pela violação da liberdade de expressão no país. "É o momento certo de dizer um basta às sevícias, ameaças, intimidações, raptos e perseguições, censura, tortura e assassinatos aos indivíduos que lutam pela legitimação da liberdade de expressão. Temos de combater os actos que depreciem ou eliminem a liberdade", apelou.

Segundo Muchanga, o relatório indica que a violação dos direitos humanos acontece com maior frequência e intensidade nas zonas rurais, onde não há acesso à informação e são fracos os debates públicos.

Por seu turno, a gestora de programas do PJ, Quitéria Guirengane, indicou que o fórum dos defensores dos direitos humanos está neste momento a actuar em Chókwè, província de Gaza; Bárúè, em Manica; e Montepuez, em Cabo Delgado, juntando centenas de voluntários para consciencializar as comunidades sobre a importância do respeito aos direitos humanos.

Defendeu a necessidade de se realizar um trabalho de base para que os cidadãos tenham consciência da sua participação na vida política, como forma de garantir o pleno exercício da democracia



Salomão Muchanga defende a punição exemplar dos violadores da liberdade de expressão

no país.

"Os dados por nós recolhidos mostram que temos retrocedido nas questões ligadas aos direitos humanos. Reportamos cada vez mais casos que evidenciam o desrespeito à liberdade de expressão. Por exemplo, em Montepuez multiplicam-se as acusações de violação de direitos humanos por parte de trabalhadores da exploração de minas de rubis", disse.

Ainda em Montepuez, segundo o documento, foi levantada a questão de patrulhamento pela Polícia, que se cinge apenas aos bairros de Nacate e Nepara, onde há mais cidadãos estrangeiros. Também se falou da violação sexual da rapariga e mulher, falta de transparência na gestão municipal, encerramento arbi-

trário de mesquitas, entre outras situações.

Quitéria Guirengane afirmou que é preciso realizar mais estudos para aumentar o nível de conhecimento sobre a situação dos direitos humanos em Moçambique, com o objectivo de ajudar na tomada de decisões mais acertadas para a sua garantia.

Em termos de impacto, o Parlamento Juvenil refere, entre outros, a emergência do primeiro fórum dos defensores dos direitos humanos em Moçambique, activação do debate sobre a existência e importância de sistemas de apoio de emergência aos defensores dos direitos humanos em risco, a abordagem aberta de questões de direitos humanos pelas mulheres nas comunidades.